



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
LEGISLATIVO MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ

TERMO DE ENCERRAMENTO Nº 002/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 – LOTE 03

Processo Administrativo nº 4969/007/2025

Requisitante(s): Câmara Municipal de Vereadores de Tramandaí

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, o Pregoeiro/Agente de Contratação - Alessandro Ramos de Lima, designado pela Portaria nº 054, de 25 de fevereiro de 2025, informa a motivação deste encerramento e sugeri a **ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO** do certame (Lote 03), cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRAMANDAÍ/RS**, conforme descrito neste Edital, demais exigências/considerações e seus Anexos, à pessoa jurídica **ALFA LICITAÇÕES LTDA - CNPJ: 22.609.215/0001-47**, nos termos e valores do lote abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (UNID.)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CADEIRA EMPILHÁVEL	30	R\$ 250,00	R\$ 7.500,00
02	CADEIRA DE JANTAR GIRATÓRIA PRETA	04	R\$ 750,00	R\$ 3.000,00
03	CADEIRA DE JANTAR GIRATÓRIA CARAMELO	30	R\$ 750,00	R\$ 22.500,00
04	CADEIRA FIXA	12	R\$ 650,00	R\$ 7.800,00
05	CADEIRA PRESIDENTE	15	R\$ 750,00	R\$ 11.250,00
06	BANQUETA	03	R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
VALOR TOTAL (ITENS 01 A 06)				R\$ 55.050,00

Certificamos ainda, no que tange à documentação da empresa vencedora, que foi verificada a regularidade fiscal, consultado o sistema de consulta de sanções do Portal Transparência-Controladoria da União-CEIS/CNEP, bem como, a certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, em atenção às exigências do edital do Pregão Eletrônico nº 007/2025 e ao cumprimento do § 4º do artigo 91, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nada mais havendo a constar eu, Alessandro Ramos de Lima, Pregoeiro / Agente de Contratação, designado pela Portaria 054/2025, lavro o presente **TERMO DE ENCERRAMENTO Nº 002/2025** que encaminhamos às autoridades superiores para análise e apreciação.

Tramandaí, 22 de dezembro de 2025.

ALESSANDRO RAMOS DE LIMA

Pregoeiro/Agente de Contratação - Portaria nº 054/2025



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (22/12/2025 às 15:35) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 22.609.215/0001-47.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6949.8F7C.B946.7540 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **ALFA LICITACOES LTDA**

CPF/CNPJ: **22.609.215/0001-47**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:35:59 do dia 22/12/2025 , com validade até o dia 21/01/2026.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: cyJAXn9Oucj8lzoG24yH

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 22/12/2025 15:35:05

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ALFA LICITACOES LTDA**
CNPJ: **22.609.215/0001-47**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.